

A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil.

Autor:

Soares Gonçalves, Rafael., Silveira Simões, Soraya, & Luna Freire, Leticia de..

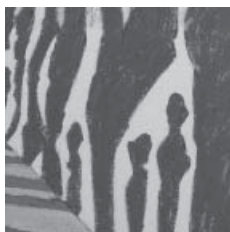
Revista:

Cuadernos de antropología social

2010, N°31, pp. 97-120



Artículo



A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil

Rafael Soares Gonçalves *

Soraya Silveira Simões **

Leticia de Luna Freire ***

RESUMO

Diversos estudos sobre as políticas públicas direcionadas às favelas do Rio de Janeiro apontam a existência de uma presença marcante da Igreja Católica na década de 1950. Para compreender as motivações das ações de militantes católicos nas favelas nesse período, devemos considerar que esse fenômeno não resulta de uma ação concebida por um ou outro personagem isoladamente, mas remete a um processo de redefinição do papel da Igreja em relação aos pobres que teve seu início na Europa ainda no século XIX. Somente considerando estas ações situadas num contexto social e político mais amplo é que podemos analisar os efeitos das iniciativas dos militantes católicos na busca por soluções para o “problema favela” no Rio de Janeiro nos anos 1950, época marcada pelo início da Guerra Fria e na qual a representação do comunismo como uma “ameaça” prestes a ser difundida nos assentamentos de baixa renda alcançava o seu auge.

Palavras-chave: Igreja Católica, Cruzada São Sebastião, Habitação Popular, França, Brasil

THE CONTRIBUTION OF THE CATHOLIC CHURCH IN MAKING THE POPULAR HOUSING A PUBLIC PROBLEM IN FRANCE AND BRAZIL

ABSTRACT

Several studies about the public politics directed to the *favelas* in the City of Rio de Janeiro focus on the significant presence of the Catholic Church during the 1950's. In order to understand the motivations of the actions taken by Catholic militants in the *favelas* within this period of time, we should take into account that this phenomenon was not only the result of an individual action from one single character. Instead, it is related to the former process of redefinition of the view of the Church towards the poor, which had its roots in Europe in the

* Doutor em História, Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, Pesquisador associado ao LeMetro/IFCS-UFRJ. Dirección electrónica: rafaelsgoncalves@yahoo.com.br.

** Doutora em Antropologia, Professora (ATER) do CLERSÉ/Université Lille 1, Pesquisadora associada ao LeMetro/IFCS-UFRJ. Dirección electrónica: sosimo01@gmail.com.

*** Doutoranda em Antropologia/UFF, Bolsista CAPES, Pesquisadora associada ao LeMetro/IFCS-UFRJ. Dirección electrónica: leluna2005@yahoo.com.br. Fecha de recepción: 4 de diciembre de 2009. Fecha de aprobación: 14 de abril de 2010.

XIX Century. Only discussing these actions in a wider social and political context is that we are able to analyze the effects of these initiatives in the search for solutions to the “problem of the *favelas*” in Rio de Janeiro in the 1950’s. However, as this period was marked by the beginning of the Cold War –when the communism was represented as a “threat”, once it could be established in the settlements of lower social classes–, it was then that this process would reach its highest levels.

Key words: Catholic Church, Cruzada São Sebastião, Popular Housing, France, Brazil

AS INICIATIVAS CATÓLICAS FRENTE AO PROBLEMA DA HABITAÇÃO POPULAR NA FRANÇA

A situação precária do proletariado aparece como uma preocupação candente da Igreja, pela primeira vez, com a publicação, em 1891, da encíclica *Rerum Novarum*, assinada pelo Papa Leão XIII. Intitulada “Sobre a condição dos operários”, esta veio precisar e coroar alguns dos temas abordados em encíclicas precedentes, lavradas ao longo de todo o século XIX, cujos tópicos eram a *soberania política*, a *liberdade humana* e a *constituição cristã dos Estados*.¹ Do desenvolvimento industrial e da nova dinâmica de urbanização do mundo derivavam conflitos que reorientaram o esforço exegético da Igreja: se até aquele momento a compreensão do pobre e da pobreza pudesse ser destituída de qualquer relação com o mundo do trabalho e, sobretudo, com a idéia de *dominação*, com o advento da indústria a condição do pobre passou a ser definida precipuamente como uma condição operária:

O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles [os pobres] uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada (Encíclica *Rerum Novarum*, 1891).

A encíclica do Papa Leão XIII tornou-se um marco das prescrições feitas pela Igreja ao Estado no que concerne à proteção do proletariado, do trabalho e da propriedade; e, ao mesmo tempo, um “convite para os operários católicos se associarem” de modo a fazerem face ao comunismo e evitarem “dar seus nomes a sociedades de que a religião tem tudo a temer”.

Na virada do século XX, a expansão industrial nos países europeus contribuiu para o surgimento de uma reflexão aprofundada sobre o espaço urbano e, nela, um dos temas prementes era a questão habitacional. Inúmeras associações fundadas com o intuito de reagirem contra as condições insalubres da moradia

operária tiveram, entre seus membros e fundadores, representantes do clero. As *Sociétés des Cités Jardins* são um dos exemplos. Fundadas na Inglaterra e na França a partir de 1903 e inspiradas no ideal socialista de Ebenezer Howard, essas sociedades adquiriam terrenos e os revendiam por preços acessíveis às famílias operárias que desejassem cultivar suas hortas e pudessem, assim, usufruir do conforto de boas condições de luz e aeração proporcionadas pelas novas e salutaras concepções do morar, em período de pleno desenvolvimento industrial.

Na França, sobretudo na região industrial do Nord-Pas-de-Calais, a *Société Lilloise des Cités Jardins* teve como co-fundador o Abbé Lestienne, promotor aguerrido das habitações operárias construídas segundo os preceitos de um novo urbanismo e das descobertas microbiológicas de Louis Pasteur. Contra a especulação promovida pelos pequenos proprietários, que construíam unidades residenciais nos pátios internos de suas casas para o alojamento do proletariado –as chamadas *courées*, que tinham nos *cortiços* brasileiros a forma correspondente de utilização do espaço– a Igreja desempenhou papel determinante, lançando muitas das bases ulteriormente assumidas pelas políticas habitacionais do Estado. A ideologia do “retorno à terra” através da moradia operária bem iluminada, aerada e com jardins individuais foi também amplamente difundida e defendida através da notável mobilização política do socialista Abbé Lemire, figura de proa do desenvolvimento das *cités ouvrières* e fundador, em 1896, da *Ligue Française du Coin de Terre et du Foyer*.

Já na década de 1920, o padre Pierre Lhande publicou a trilogia *Le Christ dans la banlieue*, recapitulando a ação dos párocos nas periferias insalubres e ainda pouco urbanizadas de Paris (Raulin, 2008). No primeiro volume, *Enquête sur la vie religieuse dans la banlieue ouvrière* (1927), anunciou o comunismo como um dos temores que marcavam, já na encíclica Leonina, as preocupações da vertente proeminente da Igreja. No capítulo *Les paradis de Moscou*, Lhande apresentou a proposta e o contexto de atuação da igreja militante no período pós-guerra, dedicando boas páginas ao trabalho do padre Jules Ferret que, no mesmo ano de publicação da encíclica *Rerum Novarum*, assumiu a paróquia de Bobigny, passando a acompanhar o desenvolvimento urbano do lugar que ocorria *pari passu* com a presença cada vez mais eminente dos comitês e das mobilizações comunistas. No prefácio de seu segundo livro, *Le Dieu qui bouge* (1930), Lhande fez um balanço dessas ações, consideradas por ele como verdadeiras “obras de conquista” realizadas nas periferias já populosas de diversas cidades, de norte a sul na França –todas ainda sem a estrutura necessária para

acolher a massa de trabalhadores chegados do campo. Ali, apresentou algumas conclusões desse “belo ministério dos novos tempos”: a militância católica em meio operário. No último volume, *La Croix sur les fortifs* (1931), Lhande avançou em sua pesquisa rumo aos novos centros evangelizadores implantados em toda a América, sobretudo na América do Sul, fazendo um balanço das dificuldades encontradas por essa assim chamada “nova cruzada”.

No mesmo ano, o Papa Pio XI publicou uma nova encíclica, a *Quadragesimo anno*, em homenagem aos 40 anos de publicação de *Rerum novarum*, que veio compor o conjunto das então chamadas “encíclicas sociais”. Ao retomar os aspectos fundamentais da carta de Leão XIII, o Papa Pio XI observou “os princípios da sociologia católica” e a corajosa posição tomada pela Igreja, a partir de *Rerum novarum*, face aos “ídolos do liberalismo” de uma economia moderna. À encíclica Leoniana atribuiu-se ainda o impulso dado à formação de associações operárias – “infelizmente, ainda inferiores em número às dos socialistas e comunistas” – que sejam capazes de “defender os direitos e aspirações legítimas do operariado católico e propugnar os salutares princípios da sociedade cristã” (Encíclica *Quadragesimo anno*, 1931).

Na década seguinte, a reflexão social sobre a pobreza empreendida entre os católicos passaram a ser estimuladas, de maneira original, pelo engenheiro naval e frei dominicano Louis-Joseph Lebret. Fundador, em 1941, do movimento *Economia e Humanismo*,² do qual fez surgir, em Paris, uma revista, uma editora e uma livraria homônimas, Lebret foi pioneiro ao introduzir, nas críticas surgidas no âmbito da Igreja a respeito da pobreza e da desigualdade, um vasto material de pesquisa sociológica desenvolvida em diversos países da África, da Ásia, do Oriente Médio e da América Latina. Mais do que um movimento religioso, o movimento *Economia e Humanismo* significava “um engajamento diante da miséria do mundo, um ato político de misericórdia” (Lebret e Desroches, 1944: 121). A crítica de Lebret dirigia-se ao *desenvolvimento*; e baseava-se nas pesquisas empíricas realizadas em diversos países. Para intervir sobre o infortúnio que afligia os homens, era preciso conhecer suas causas, estudando as pessoas e os complexos econômico-sociais nos quais elas estão engajadas. A pesquisa era, nesse sentido, um processo indispensável para orientar a *ação*, e eram feitas em um trabalho de estreita coordenação com os habitantes das regiões estudadas através da concepção de “pesquisa participante” (Caillot, 1986), método através do qual seria possível ampliar o conhecimento sobre as potencialidades locais e estabelecer uma política de “autodesenvolvi-

mento” (Lebret, 1961).³ As pesquisas orientadas pelos princípios de *Economia e Humanismo* constituíam, assim, críticas contumazes ao liberalismo.

Foi no contexto após a Segunda Guerra Mundial, em que as condições dos chamados países subdesenvolvidos passaram a ser incluídas na pauta das novas relações internacionais também em função das disputas políticas, econômicas e, sobretudo, ideológicas da Guerra Fria, que Lebret empreendeu uma série de viagens de estudos e pesquisas a países como Brasil, Uruguai, Chile, Colômbia, Venezuela, Líbano, Senegal e Vietnã (Célestin, 1986).

Na Europa, a França esforçava-se para retomar seu desenvolvimento econômico, favorecendo, para tanto, a imigração, especialmente de portugueses, espanhóis e magrebinos que passaram a servir de mão-de-obra barata no processo de reconstrução do país. Essa leva de trabalhadores imigrantes veio somar-se à população operária francesa que, em função da baixa renda e da carência de moradias populares disponíveis nas grandes cidades, era obrigada a se estabelecer precariamente nas periferias, geralmente em barracos construídos com madeira e chapa de zinco, constituindo assim verdadeiras “cidades de lata” (*bidonvilles*). Embora esta solução habitacional fosse tolerada pelo Estado francês até os anos 1960, militantes da Igreja Católica já manifestavam sua preocupação com a gravidade da situação, desenvolvendo ações sociais junto a estas populações e despertando a atenção da opinião pública para o problema.

Preocupado com os desabrigoados e mal alojados, Abbé Pierre fundou, ainda em 1949, o movimento *Emmaüs*, ao qual aderiram milhares de pessoas e instituições em toda a França. Em fevereiro de 1954, a força de seu apelo na Rádio Luxemburgo, por ocasião do trágico falecimento de um bebê em uma *bidonville* parisiense, durante uma noite de inverno rigoroso, deflagrou uma grande comoção pública, obrigando a classe política a reconhecer a agudização da crise habitacional –apesar da retomada do crescimento econômico do país– e a se engajar na construção das *cités de transit* por ele preconizadas; ou seja, conjuntos habitacionais destinados a acolher, em caráter provisório, famílias recém-saídas das ruas ou das *bidonvilles*. A preocupação manifestada pelo Ministério do Interior com os imigrantes, particularmente os argelinos, cuja população havia dobrado de 1949 a 1953, intensificou-se com o início da Guerra da Argélia, em novembro de 1954. Ambos os fenômenos transformaram as *bidonvilles* em um problema público a ser debatido e solucionado de maneira incontornável.

Foi nesse contexto que o Ministro da Reconstrução e da Habitação, atendendo aos apelos de Abbé Pierre, intensificou a construção de moradias, erguendo as *cités de transit*. O padre Joseph Wresinski veio juntar-se ao movimento promovido por Abbé Pierre, passando a defender os interesses dos moradores dos assentamentos precários junto à administração municipal, criando pequenos serviços sociais e, posteriormente, a associação *Aide à Toute Détresse* (ATD).

Pouco tempo depois, em 1962, o governo francês assina o tratado de Evian, declarando a independência de sua colônia argelina e, em 1964, promulga a política de erradicação das bidonvilles. Seus moradores seriam então alojados em conjuntos habitacionais provisórios e os terrenos anteriormente ocupados seriam rehabilitados. Entretanto, a permanência de intenso fluxo migratório no país revelou o caráter pouco eficaz da proposta. Para se ter uma idéia, o primeiro recenseamento oficial, realizado pelo Ministério do Interior, apontava, em 1965, a existência de 136 *bidonvilles* no Departamento do Sena, sendo 119 na região parisiense, englobando uma população estimada em 75.000 pessoas (Conseil General de Seine-Saint-Denis, 2007).

Dois anos depois, no Vaticano, a “justiça social” voltou a ser objeto de uma encíclica: a *Populorum progressio*, publicada em 1967. “A questão social abrange agora o mundo inteiro”, alertava o Papa Paulo VI, inspirado nos trabalhos de Lebert. A questão – “Sobre o desenvolvimento dos povos” – incitava a atenção de todos, clero e fiéis, para a “universalidade da questão social” e para um fato há muito observado: “Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência”. A propriedade e o uso dos rendimentos e as conseqüências da industrialização no mundo evidenciavam uma reorganização em escala planetária das relações humanas em todas as suas dimensões: o trabalho, a alfabetização, a família e a necessária “fraternidade dos povos” eram, pois, alguns dos temas predominantes. A “assistência aos fracos” exigindo como dever a solidariedade, conquistada com o acordo de equidade nas relações comerciais. Aos países ricos, o dever de acolhimento aos trabalhadores imigrados.

Em maio de 1968, o movimento político estudantil na Europa contribuiu para propagar a imagem do trabalhador imigrante como representante do Terceiro Mundo explorado pela burguesia e pelo patronato capitalista. Em outubro do mesmo ano, na França, o Ministro da Habitação obrigou os organismos responsáveis pela construção dos conjuntos habitacionais da região parisiense a reservarem 6,75% das novas moradias para famílias oriundas das

bidonvilles. Diante da forte resistência dos organismos em atender a medida, muitas das famílias removidas tiveram de permanecer, durante anos, nos conjuntos construídos para seu alojamento provisório.⁴

O projeto de erradicação das *bidonvilles* no início dos anos 1970 não foi capaz de solucionar o problema do *déficit* habitacional; e os trabalhadores imigrantes passaram a se alojar em moradias igualmente precárias; porém, menos visíveis, como os *hôtels meublés* (unidades mobiliadas que acolhem sobretudo celibatários) e os *taudis* (casebres construídos precariamente).

Todas essas ações que tiveram lugar na França pautaram, em grande medida, aquelas implementadas por militantes católicos na urbanização das favelas do Rio de Janeiro. Nos dias de hoje, o testemunho mais eloqüente e visível desse empreendimento realizado na cidade nos anos 1950 –os prédios construídos pela associação Cruzada São Sebastião, no bairro do Leblon– tem suas raízes em uma interlocução fecunda entre Dom Hélder Câmara, seu fundador, e duas grandes personalidades da Igreja: Abbé Pierre e Louis-Joseph Lebret.⁵ Animada pelas conversas mantidas com Abbé Pierre e outros padres e cardeais franceses, inclusive durante o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro, em 1955, a política de “urbanização” proposta por Dom Hélder abriu uma nova perspectiva acerca do debate sobre as favelas na arena pública da antiga capital do país, representando, como veremos a seguir, um novo impulso na politização do tema no cenário brasileiro.

A URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO: O NOVO ALENTO EM UM VELHO DEBATE

A Cruzada São Sebastião, associação católica fundada por Dom Hélder Câmara, em 1955, durante o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, retomou, com grande força, a questão das habitações populares no antigo Distrito Federal. Na base das suas ações estava o argumento de que o trabalhador urbano, fixado ao lado do trabalho –ou seja, na cidade– não poderia ser retirado da estrutura garantidora de sua renda (Simões, 2008). A época em questão era aquela em que começava a ganhar corações e mentes a proposta de uma política de ‘remoção de favelas’, estimulada, especialmente, por uma onda de ações judiciais de reintegração de posse de certas favelas da cidade (Gonçalves, 2010). As favelas se consolidaram, assim, durante a década de 1950, como um dos mais importantes problemas urbanos e políticos da capital.⁶

Nesse contexto, os anos 1950 começaram com a realização de um projeto antigo, datado do século XIX: o desmonte do Morro de Santo Antônio. Centenas de famílias foram obrigadas a deixar suas casas no morro, “despejadas” sem aviso prévio e sem que seus destinos fossem objeto de uma crítica no noticiário local. O desmonte do morro abriu espaço para a ampliação do Largo da Carioca, com a abertura da Avenida República do Chile, no centro da cidade, e suas terras seriam levadas para as obras de construção do Aterro do Flamengo.

O cenário que se afigurava era propício, em todos os sentidos, para que Dom Hélder Câmara, uma das figuras de destaque da Igreja no Brasil, colocasse em marcha seus muitos talentos –entre eles o de orador e o de administrador –em benefício dos milhares de habitantes da capital vulneráveis ao drama da ‘remoção’. Com seu carisma, Dom Hélder circulava tanto entre as classes populares quanto entre as mais altas esferas do poder com o mesmo desembaraço. Como arcebispo-auxiliar do Rio de Janeiro, concebeu a criação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e organizou, em 1955, o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, atraindo para a capital do país o episcopado e peregrinos de todo o mundo.

Ao final do evento, seu talento administrativo foi reconhecido pelo Cardeal Gerlier, de Lyon, que o convocaria, por isso, a dedicar-se integralmente aos pobres. Mais precisamente a pôr fim àquilo que considerou, contemplando as belezas do Rio, como sendo um “insulto ao Criador”: as favelas cariocas (Broucker, 1977).⁷ O elogio –e a sugestão– exerceria efeito determinante em sua trajetória política, e, ao final da grande reunião católica internacional, ele fundou a associação Cruzada São Sebastião com a missão de “urbanizar todas as favelas do Rio de Janeiro”. Embora se falasse em “urbanizar” as favelas, a Cruzada antes “reassentaria” as famílias faveladas em apartamentos nos prédios construídos, contudo, em terrenos contíguos às favelas. Este era um dos distintivos de sua política, que visava manter os moradores próximos ao local onde se desenrolavam as suas rotinas, e de modo *permanente*; ou seja, com título de propriedade.

Nesse período, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1950 o Rio de Janeiro contava com 169.300 favelados, alcançando 7,1% da população total da cidade. As dimensões do “problema” e seu protagonismo já pronunciado nas arenas políticas alcançavam, então, o seu auge. Pois, se até os anos 1930 a habitação social, junto com o trabalho, não ocupava lugar de destaque no campo jurídico, sendo antes um *dever* do que

um *direito* do cidadão, seria preciso aguardar o primeiro governo de Getúlio Vargas para que as políticas públicas destinadas às favelas e seus habitantes começassem a ganhar lugar de destaque na pauta dos projetos urbanos e sociais.

Providos de direitos graças à política varguista, os “trabalhadores”, inclusive os “favelados”, tornaram-se “clientes-eleitores” potenciais de uma práxis política centrada historicamente na troca de favores (Medina, 1964). Na ocasião, as iniciativas do poder público abandonaram, ao menos temporariamente, toda e qualquer tentativa de expulsão dos favelados aos confins da cidade, sem, contudo, formularem propostas claras de integração plena destes espaços ao tecido urbano. Prolongou-se, assim, a tolerância das favelas com a condição de seus habitantes aderirem ao regime. Vargas, contudo, procurou reforçar as medidas contra possíveis “focos subversivos” —ou seja, articulados por membros do Partido Comunista— nos bairros populares, sobretudo após a instituição do Estado Novo. De “abrigo de marginais” a “focos epidêmicos” na cidade, as favelas se tornaram também o centro difusor de uma possível revolução social em terras cariocas. Era necessário “conquistar” estes espaços, ao mesmo tempo em que a expansão das favelas aumentava a pressão popular na arena política da antiga capital, levando à formulação, nos anos 1940, de um primeiro projeto público destinado a solucionar o problema da habitação popular: os Parques Proletários Provisórios.⁸ A proposta inerente era também aquela, reformadora, contida nas moradias operárias e “familistérios” (Paquot e Bédarida, 2009) construídos na Europa ao longo do século XIX. Mas aqui, entretanto, ganharia forma adequada ao léxico local e aos significados veiculados pela palavra “favela”. Assim, “recuperar o favelado” tornou-se argumento visível e imprescindível para a própria concepção de reforma política e social contida no projeto dos parques proletários.

Embora Vargas enaltecesse a propriedade da moradia como sede da célula social e política de base —a família—, faltava fazer entrar na casa do pobre a ordem e a rotina disciplinar capaz de alçá-lo à condição que se lhe esperava primordial, quase natural, de “proletário”. No plano cívico, o morador de uma casa na cidade, mormente de um casebre na encosta de um morro, não podia esperar beneficiar-se desta sua condição para, enquanto tal —e não sob o registro de “trabalhador”, como pretendia Vargas— encarnar o papel de um sujeito de direito. Tratava-se de um meio de forjar o novo cidadão-trabalhador, ajustando-o socialmente aos princípios defendidos pelo regime. Nenhuma favela, no entan-

to, foi reabilitada por essa política e os parques proletários provisórios acabaram se perenizando e sendo percebidos, posteriormente, também como “favelas”.

Em meio a tudo isso, a idéia de “conquista” dos bairros populares perdurava. E, assim como na França, ganhava densidade sob a temida “ameaça comunista”. A Igreja, orientada especialmente pelas *Encíclicas Sociais*, continuava colaborando ativamente neste esforço de “conquista” dos assentamentos “almejados pelos comunistas”. Com a fundação do Instituto de Educação Social e Familiar, em 1937, pelo Cardeal-Arcebispo Dom Sebastião Leme e sob forte influência de intelectuais católicos da época, como Stela Faro e Alceu Amoroso Lima, profissionais qualificados (assistentes sociais e educadores familiares) passaram a atuar nos diferentes organismos assistenciais do município, principalmente naqueles voltados para o atendimento aos moradores das favelas.⁹ Este instituto viria agregar-se à Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro (PUC-RJ), em 1946, imprimindo a marca do trabalho do apostolado leigo no início da assistência social no Rio de Janeiro.

As iniciativas institucionais no campo da habitação popular aumentaram e se diversificaram consideravelmente neste período. Em 1946, por exemplo, o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra criou a Fundação da Casa Popular, visando aumentar a oferta de moradias. Concomitantemente, várias comissões foram instituídas pela administração pública para analisar o problema habitacional e formular políticas públicas. O interesse político crescente em uma nova modalidade de interlocução, mantida diretamente entre o governo e os favelados, apareceu ao mesmo tempo em que se iniciou a produção sistemática de dados sobre as favelas e se publicou o primeiro recenseamento realizado no Distrito Federal, em 1948.

Em meio aos inúmeros acontecimentos que estruturavam e conturbavam o cenário da habitação popular na capital, a liderança do Cardeal Dom Jaime e Barros Câmara também se fazia sentir. O cardeal já havia apresentado, em 1946, um plano de cooperação com a administração municipal de Hildebrando de Góes que resultou na criação, em outubro deste mesmo ano, da Comissão Construtora de Centros de Assistência Cultural e Recreativa. O primeiro Centro de Ação Social (CAS) foi inaugurado na favela Barreira do Vasco, neste mesmo mês; e um segundo CAS (chamado, aliás, Presidente Eurico Gaspar Dutra) foi inaugurado no mês de dezembro. Esta colaboração se justificava tanto pela preocupação da Igreja com a “degradação moral das famílias” quanto pelo temor do Estado com a infiltração comunista. Almejando uma maior autonomia da

Igreja frente à municipalidade, Dom Jaime articulou, em 1947,¹⁰ a criação da Fundação Leão XIII, com a missão de “prestar ampla assistência social aos moradores dos morros, favelas e locais semelhantes no Rio de Janeiro” (Fundação Leão XIII, 1962). Administrada por uma junta composta por um representante da arquidiocese, um da prefeitura e um do Abrigo Cristo Redentor,¹¹ as ações da Fundação pautaram-se em grande medida na criação e animação dos CAS que passaram a ser construídos nas favelas cariocas.

Apoiada no tripé educação, saúde e habitação, a Fundação Leão XIII exerceu, durante os seus quinze primeiros anos de existência, um papel importante nas ações de remoção de algumas favelas –como a do Morro de Santo Antônio, em 1955– mas, sobretudo nos trabalhos de saneamento, tendo sido alvo de críticas virulentas por “promover a perpetuação” das favelas.

Entre 1947 e 1954 a Fundação Leão XIII atuou em 34 favelas, contribuindo para aumentar a oferta de serviços públicos (saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica). Com o objetivo de permitir que “as populações em ascensão social” se tornassem “menos sujeitas à exploração de políticos inescrupulosos e de agitadores extremistas” (Fundação Leão XIII, 1962), a instituição exerceu ainda uma forte influência na vida associativa local, promovendo a formação de várias Associações de Moradores e das Comissões de Luz, responsáveis pela distribuição de energia elétrica em algumas favelas.

No mesmo ano de criação da Fundação Leão XIII, o dominicano Louis-Joseph Lebet foi pela primeira vez ao Brasil. Instalou-se inicialmente na cidade de São Paulo, onde ministrou cursos de Economia Humana na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e montou um escritório filial da *Société pour l'application du graphisme et de la mécanographie à l'analyse* (SAGMA), que lá passou a se chamar Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS). Durante sua estada no país, Lebet desenvolveu, com uma equipe multidisciplinar, uma série de pesquisas na grande São Paulo e nas regiões Sul e Nordeste, todas orientadas pelo método Economia e Humanismo que se baseava, entre outras premissas, no planejamento como estratégia de mudanças, apoiado na formação de militantes, técnicos e lideranças originários das próprias localidades onde se visava intervir (Lamparelli, 1995).

No Rio de Janeiro, a SAGMACS desenvolveu, sob a encomenda do jornal O Estado de S. Paulo, o magistral estudo *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, publicado em 1960. Com a coordenação técnica do sociólogo José Arthur Rios, esta foi reconhecidamente a primeira grande pesquisa realizada

sobre as favelas da cidade, tendo o mérito de, apesar do título, concebê-las em sua pluralidade.

Com a vinda de Lebret e o desenvolvimento de seus estudos no país, Dom Hélder Câmara solicitou à SAGMACS de São Paulo, já em 1947, uma pesquisa sobre a habitação operária, estabelecendo com o frei dominicano uma relação de estreita colaboração, nutrida pela proximidade de suas orientações políticas (Valladares, 2005). Após visitar o Rio de Janeiro em sua primeira estada no país, Lebret retornaria à cidade regularmente. Ambos entendiam que as favelas deveriam deixar de ser espaços passivos de intervenções administrativas para se transformar em “comunidades de base”.¹² Esse posicionamento político obrigou especialmente Dom Hélder, engajado numa política de resultados, a enfrentar resistências e hostilidades de diversos setores, sobretudo a ala mais conservadora da Igreja Católica, tanto no Brasil quanto no exterior. Enquanto Lebret se dedicava à pesquisa de campo e à análise das desigualdades engendradas pelo liberalismo em diversos países do chamado Terceiro Mundo, Dom Hélder intervinha localmente conduzindo não somente um programa habitacional para a população favelada do Rio de Janeiro, através da Cruzada São Sebastião, mas levando para a arena pública, através do seu carisma e popularidade, a mensagem de que o que se tratava de um “insulto” não era a imagem das favelas nas colinas da cidade, mas o descaso político em relação à vida e ao destino de seus habitantes.

A CRUZADA SÃO SEBASTIÃO

A Cruzada São Sebastião era uma entidade privada cujas ações se concentravam no seguinte tripé: “urbanizar, humanizar, cristianizar” (Slob, 2002). O seu eixo estruturante, como já se disse, consistia na urbanização das favelas, confrontando assim a intensa política remocionista que já se afigurava no horizonte de atuação do poder público. A originalidade do projeto não residia somente nisso – algo já defendido também pela Fundação Leão XIII, ainda que timidamente – mas nas próprias concepções políticas de Dom Hélder Câmara, para quem a única maneira de “superar a luta de classes” era aproximando-as, o que implicava em manter os pobres morando próximo aos ricos (Broucker, 1977). “Mesmo que a cidade dispusesse de transportes adequados, seria erro social, de conseqüências imprevisíveis, *varrer os trabalhadores* para sempre mais longe das casas dos patrões”, disse Dom Hélder, logo após a inauguração do

primeiro conjunto habitacional erguido pela Cruzada, o Bairro São Sebastião do Leblon, contíguo à antiga favela da Praia do Pinto em área nobre da Zona Sul.

Dom Hélder reconhecia que a constituição de uma favela, longe de configurar um problema local, tinha raízes em diversas causas. Por isso, outras ações paralelas foram planejadas pela Cruzada São Sebastião, mas estas foram inteiramente obscurecidas por apenas uma das frentes de trabalho desta associação. Enquanto os jornais privilegiavam o aspecto local, enfocando exclusivamente a construção dos conjuntos habitacionais, o plano original da Cruzada São Sebastião, conforme definido durante o XXXVI Congresso Eucarístico, seria executado também com o apoio de outras três frentes:

- a) criação, nas unidades federadas mais atingidas pelo êxodo rural, de núcleos coloniais que atuem como centro de atração e fixação dos migrantes nacionais; b) criação, ao longo de vias naturais de acesso, como Rio São Francisco e a Estrada Rio-Bahia, de núcleos que procurem conter os migrantes nacionais; e c) criação, na barreira do Distrito Federal, de hospedarias de imigrantes que, além de assegurarem assistência espiritual e social aos migrantes nacionais, tentem uma última vez, encaminhá-los para a Baixada Fluminense ou para a zona rural do Distrito Federal (Revista Visão, 27/12/1957).

Todas as negociações para o financiamento das obras da Cruzada foram feitas por Dom Hélder. Em 1956, obteve do presidente Café Filho uma grande soma de recursos (Cr\$ 50 milhões) para o início imediato das obras de terraplanagem, além da concessão de terrenos do Estado localizados também à margem da Avenida Brasil, em área de mangue e alagadiços, para que a Cruzada pudesse levar a termo a urbanização e, ali, criar estruturas de autofinanciamento através da comercialização desses terrenos. O Mercado São Sebastião, construído em um desses lotes às margens da Avenida Brasil e sede da maior bolsa de gêneros alimentícios do país, data desta época assim como o Banco e a Feira da Providência, outras duas iniciativas da Cruzada para a geração de renda e financiamento das obras de construção dos conjuntos habitacionais.

As suas previsões revelar-se-iam bastante otimistas. Segundo o acordo estabelecido entre a Cruzada e o presidente Café Filho, o prazo previsto para a urbanização de todas as favelas cariocas –130, no total– seria o quarto centenário da cidade: dia 20 de janeiro de 1967. No entanto, somente a favela da Praia do Pinto foi quase totalmente “urbanizada”, e, desta intervenção, muitos moradores da Ilha das Dragas, favela vizinha que se expandia por sobre o espelho d’água da Lagoa Rodrigo de Freitas, puderam também se beneficiar adquirindo apartamentos no conjunto habitacional erguido no Leblon (Simões,

2008; Slob, 2002). Outras favelas chegaram a receber algumas intervenções. Além do reassentamento dos moradores das favelas acima citadas, a Cruzada São Sebastião urbanizou, ainda que parcialmente, o Parque Alegria e o Morro Azul, construindo nesta última um pequeno conjunto habitacional com 46 unidades.

Em 1957, dois anos após a fundação da Cruzada, o primeiro conjunto, chamado Bairro São Sebastião do Leblon, passaria a receber as famílias provenientes da Praia do Pinto e da Ilha das Dragas. Após a assinatura do contrato com a Cruzada São Sebastião, o responsável pelo imóvel pagaria as prestações, ao longo de quinze anos, mediante mensalidades variando entre 8% e 15% do salário mínimo, de modo a obter o título de propriedade do apartamento.¹³

Os 916 apartamentos, distribuídos pelos dez prédios do conjunto, acolheram a quase totalidade das famílias das duas favelas. A Fundação Leão XIII, que já vinha há anos acompanhando cotidianamente a vida dos moradores da Praia do Pinto, possuía um acervo de fichas individuais onde registrava, detalhadamente, o estado de limpeza das casas, o número de ocupantes de cada barraco, os eventuais conflitos domésticos e entre vizinhos e os pedidos para a realização de melhorias nos casebres (que deviam ser aprovados pela instituição). A notícia de que a Cruzada construiria apartamentos e a repercussão junto aos moradores também figuram em muitas das fichas, permitindo notar suas exigências e resistências diante da iminente mudança. Para ter direito ao apartamento, seria preciso não somente assumir novos compromissos jurídicos (pagamento das mensalidades, luz, água, impostos), mas também civis e religiosos: celibatários e concubinários não poderiam pleitear um imóvel no Bairro São Sebastião.

Após a mudança, a presença das assistentes sociais perdurou, e de maneira intensa, na vida dos ex-favelados. Às 22 hs., havia o toque de recolher, e os conflitos entre vizinhos e mesmo entre marido e mulher eram sempre levados ao Serviço Social, que, nos primeiros anos, funcionava em um dos prédios do conjunto.

A vizinhança do entorno deste conjunto – a “Zona Sul” do Rio de Janeiro –, sobretudo moradores do “conjunto” Selva de Pedra, construído sobre o terreno liberado pela extinção da favela da Praia do Pinto, também contribuía para reforçar não só a idéia de habitantes “inadaptados”, pois oriundos da favela, mas ainda aquela outra imagem que começava, então, a se estabelecer: a de que “a Cruzada” (o conjunto habitacional) seria não só destoante da pai-

sagem dessa “parcela do espaço urbano conhecida como Zona Sul” (Mello, Vogel e Santos, 1981: 119) mas até mesmo seus moradores percebidos como adventícios. Não bastava, assim, a forma construída –favela, barracos ou prédio com apartamentos–. A questão da “pobreza”, através da qual se procurava interpretar e estigmatizar as sociabilidades e a presença dos habitantes do conjunto habitacional em meio aos demais moradores do “bairro” e dos “condomínios” do Leblon, remetia não especificamente à falta de dinheiro, mas a uma identidade social marcada pelo espectro da “favela”.¹⁴ Contrariando o desejo de Dom Hélder Câmara e as previsões de “integração das classes” que sua política de urbanização preconizava, fazendo face à política de remoção, os moradores deste mais eloqüente testemunho das obras da Cruzada não se desembaraçariam, mesmo cinquenta anos depois, do espectro da favela e de seus estereótipos (Simões, 2008).

Três anos depois da inauguração do conjunto habitacional no bairro do Leblon, o estudo *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, realizado pela SAGMACS, fez um balanço da iniciativa da Cruzada São Sebastião. Nesta análise, a crítica recairia sobre os procedimentos de acompanhamento dos moradores durante a mudança, pensados em um trabalho conjunto entre as auxiliadoras da Cruzada e as assistentes sociais da Fundação Leão XIII. O controle da conduta dos moradores nos apartamentos continuava a ser exercido pelas assistentes sociais, o que, segundo os autores do estudo, manifestava um “paternalismo ingênuo” da política habitacional da Cruzada destinada aos favelados. No texto, a fala de um morador insatisfeito com a presença das assistentes sociais ressaltava esse viés: “querem manter um regime de internato de moças nos blocos” (SAGMACS, 1960).

O estudo já ressaltava, em todos os seus capítulos, a diferenciação social existente nas favelas e entendia que esses assentamentos eram antes uma possibilidade de chegar e se estabelecer na cidade do que um local habitado por pessoas carentes de “vontade de subir”. “Será esta [a vontade de melhorar de vida] e não o paternalismo ingênuo da organização que preside a vida nos apartamentos que irá determinar as mudanças fundamentais de conduta no favelado” (SAGMACS, 1960). A iniciativa da Cruzada, destinada à construção de moradia para cada família oriunda das favelas, foi considerada onerosa, sobretudo na conjuntura social e econômica da época, e também, segundo o estudo, uma “solução utópica”. Pois, além de “estimular ressentimentos, pela impossibilidade de satisfazer a todos os necessitados, iria transformar a Capital

da República, já pólo de atração dos migrantes internos, em verdadeira *meca da miséria nacional*” (SAGMACS, 1960, grifo nosso). Mas o estudo não foi crítico apenas desta iniciativa, considerando, no capítulo final, que o problema da provisão de habitações no Distrito Federal decorria da decisão de tê-lo entregue, praticamente com exclusividade, à iniciativa privada, somando-se a isto a desvalorização monetária e o notável crescimento populacional no período. Todos esses fatores respondiam pelo surgimento e crescimento das favelas. E as investidas tópicas, que historicamente não previam medidas que visassem integrar, no desenvolvimento urbano, os esforços realizados anteriormente—inclusive pelos próprios favelados—, só agravariam a situação.

Além das urbanizações parciais de algumas favelas e de intervenções pontuais em algumas outras, a Cruzada exerceu um papel importante na estruturação política das associações de moradores das favelas. No dia 6 de janeiro de 1957, três dias depois da mudança das primeiras famílias para o Bairro São Sebastião do Leblon, Dom Hélder estaria no Teatro João Caetano para o Congresso Geral de Representantes de Favelas, cuja organização se fez sob a sua direção, junto com representantes de algumas favelas e autoridades. Os objetivos do Congresso eram eminentemente políticos, e buscavam, sobretudo, de acordo com o arcebispo, afastar das favelas o perigo comunista: “O Congresso de Representantes de Favela significa uma ponta de lança democrática em redutos que os comunistas imaginaram lhes pertencessem” (ver O Globo, 7 de janeiro de 1957). No dia que se seguiu ao Congresso, as principais reivindicações —água, luz, esgoto e escola— e o compromisso firmado pelo prefeito Negrão de Lima e pela Cruzada São Sebastião já haviam sido transformados em manchetes nos jornais. “*Nem os comunistas nem os ‘pelegos’ conseguirão desunir os favelados*”. Além de combater a influência comunista, a Cruzada procurou romper com as práticas clientelistas desenvolvidas entre políticos e associações de moradores. A sua ação nas favelas não se resumia em assessorar politicamente estas associações, mas, muitas vezes, em representá-las diretamente, o que provocou, evidentemente, muitas tensões entre a instituição e algumas dessas associações (Gonçalves, 2010).

As mudanças institucionais empreendidas pelo governador Carlos Lacerda após a sua eleição em 1960, conjugadas à transferência de Dom Hélder para a diocese de Olinda/Recife, diminuíram consideravelmente a influência da Cruzada São Sebastião no Rio de Janeiro. A iniciativa teve, no entanto, o mérito de aprofundar o debate sobre a habitação popular no país, levantando

o questionamento sobre o direito do trabalhador permanecer próximo ao local de trabalho e de usufruir dos serviços e dos equipamentos urbanos que não dispõem nas periferias pouco ou nada urbanizadas da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a França e o Brasil já vivessem à luz de um Estado laico, e apesar das inúmeras e contrastantes diferenças históricas e processuais de seu estabelecimento nas duas democracias, a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na inserção da questão da habitação popular nas agendas desses dois países, lançando muitas das bases sob as quais viriam se estruturar suas políticas sociais e habitacionais.

Se, como analisa Gusfield (1981), uma das condições para que um fenômeno se transforme em um “problema público” é a imputação causal, a Igreja exerceu, em ambos os contextos, a função de denunciar as causas do *déficit* habitacional relacionadas aos abusos gerados pelo desenvolvimento industrial e do impacto na vida de milhares de trabalhadores. Nesse sentido, como defendiam representantes da ala católica “progressista”, não se tratava de um problema a ser resolvido exclusivamente pela construção de moradias, mas de um conjunto de princípios que norteavam as ações voltadas para atender aos anseios de uma massa de trabalhadores, nacionais ou estrangeiros, que começavam a ocupar áreas centrais e periféricas de grandes cidades, como Rio de Janeiro e Paris.

Por outro lado, a arena pública não é um campo no qual todos podem jogar em iguais condições. Assim, o poder institucional da Igreja conferiu às ações dos militantes a autoridade necessária para a definição do problema e das medidas a serem tomadas visando a sua resolução. À essa influência exercida por um grupo ou instituição nas arenas públicas Gusfield atribui a idéia de “propriedade dos problemas públicos”, na medida em que ela indica o poder de descrever e de prescrever um problema. A “propriedade”, pela Igreja, do problema habitacional e das questões a ele subjacentes foi protagonizada na arena nacional e internacional por personagens como Abbé Pierre, Leuret e Dom Hélder Câmara, que, mediante diversos artifícios, souberam sensibilizar, cada um do seu modo, a opinião pública e os governantes. Afinal, como ressalta Gusfield, é preciso fazer com que a situação evocada seja vista como condenável e imoral para que a sua erradicação passe a ser publicamente desejável e

as *responsabilidades* políticas sejam então atribuídas, como parte do processo de seu enfrentamento.

A disputa pela definição e resolução do problema habitacional –ou melhor, a sua *conquista* representada pela idéia mesma de “cruzada”– foi significativamente marcada, em ambos os contextos analisados, pelas mobilizações da Igreja e do Estado contra as ações dos militantes comunistas no período. Já anunciado na encíclica do Papa Leão XIII, o possível acolhimento da ideologia de Marx e Engels pelas classes populares fez surgir, em todo o mundo católico, um enunciado bastante claro responsável pelo apoio de vários estados-nacionais às iniciativas católicas no âmbito das políticas habitacionais. Este enunciado era a “*ameaça*” comunista de atijamento das massas, uma oferta, segundo Lebrete, ilusória, mas que seduzia os mais vulneráveis às explorações do mundo capitalista (Lebrete, 1958).

Redator da encíclica *Populorum progressio*, Lebrete há muito já vinha chamando a atenção para o “desenvolvimento harmonioso” da economia, considerando secundária a discussão sobre a repartição dos bens diante do problema, para ele fundamental, de uma preparação dos homens para receberem esses mesmos bens. Isto remete ao que hoje, quase 70 anos depois de seus primeiros escritos a propósito de uma economia humana –porque solidária– chamamos de “desenvolvimento sustentável”.

De lá para cá, enquanto na França a política de erradicação das *bidonvilles* saiu vitoriosa, no Brasil, apesar do laicismo e do proselitismo, as iniciativas católicas no campo habitacional abriu o caminho que hoje, de certo modo, vem sendo trilhado pelas políticas públicas que contemplam as favelas como parte da cidade. Se os avanços políticos não foram suficientes para extinguir o *déficit* habitacional nem a imagem moralmente negativa dos espaços habitados pelos mais pobres, isto não deve, contudo, ser considerado o objeto principal da análise das iniciativas que aqui procuramos rever, pois elas antecederam muitas das discussões atuais, abrindo um precedente fundamental na discussão pública do problema habitacional.

Assim, é também na relação historicamente construída entre a Igreja Católica e o Estado, sobretudo em países republicanos e democráticos, como o Brasil e a França, que residem as principais diferenças no que se refere ao raio de influência das ações dos militantes católicos nesses dois contextos políticos. Pois se na França estas ações serviram como diretrizes para as políticas públicas orientadas para a redução do *déficit* habitacional, no Brasil houve (e há)

notável diligência dos militantes católicos também quanto aos *procedimentos* voltados à resolução do problema habitacional, zelando para que fossem menos autoritários e levassem em conta as grandes desigualdades sociais (entre elas o analfabetismo) que impunham dificuldades graves e muito particulares para o exercício da democracia no Brasil. A própria laicidade francesa, que impede qualquer tipo de interferência da Igreja nas instituições republicanas, deve ser contrastada com a laicidade brasileira, que não interdita, por exemplo, a exposição de símbolos religiosos (católicos) nas instituições públicas, como é o caso, por exemplo, dos tribunais.¹⁵ Muitas das iniciativas católicas aqui analisadas exerceram, no Brasil, funções próprias de organismos públicos até serem definitivamente incorporadas à estrutura estatal, como ocorreu com o Abrigo Cristo Redentor e a Fundação Leão XIII. A própria Cruzada São Sebastião, ao ocupar-se da urbanização das favelas, veio contribuir politicamente com o governo do então Distrito Federal em um contexto de muitas controvérsias e acusações, principalmente aquelas relacionadas à dispendiosa construção de Brasília, a nova capital do país.

Esta espécie de parceria entre Igreja e Estado contra a “ameaça comunista”, inclusive com a participação ativa de Dom Hélder Câmara e da Cruzada São Sebastião, foram se deteriorando a partir dos anos 1960. A restrição aos direitos civis imposta pelos militares determinou uma nova reflexão à Igreja no Brasil. Nesta mesma época, o discurso da Igreja latino-americana como um todo vinha sofrendo profundas mudanças. Os encontros dos bispos do continente em Medelin (1968) e depois em Puebla (1979) vieram reforçar a opção preferencial da Igreja pelos pobres.¹⁶ O crescimento da Teologia da Libertação influenciou igualmente uma nova pastoral: as Comunidades Eclesiais de Base, que, com intensa participação dos leigos, exerceram uma forte influência política, apoiando movimentos sociais, sindicatos e estimulando o surgimento de novos partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores. O cunho mais social do apostolado de certos bispos e religiosos, como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Pedro Casaldáglia e o próprio Dom Hélder Câmara, acirrou as tensões com as autoridades e as elites do país. A influência da Teologia da Libertação não resistiu, entretanto, ao processo conservador de consolidação da democracia durante os anos 1990 e ao combate feroz do pontificado de João Paulo II aos segmentos mais progressistas da Igreja.

No que se refere à política habitacional, o rompimento desta parceria entre Estado e Igreja não tardou a acontecer. Diante das medidas autoritárias

e de cunho segregador das políticas habitacionais, segmentos mais progressistas da Igreja se posicionaram claramente contrários às iniciativas públicas, lutando tanto contra a remoção de favelas quanto pela implementação de mudanças na ordem jurídica capazes de assegurar uma política urbana mais justa e incluyente. Por fim, se traços da influência católica ainda são marcantes nos espaços e nas estruturas institucionais brasileiras, o protagonismo político exercido pela Igreja no passado, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, vem se esvaindo diante da influência avassaladora do movimento pentecostal nas áreas mais pobres da cidade.

NOTAS

¹ Respectivamente, temas das encíclicas *Diuturnum* (1831), *Immortale Dei* (1885) e *Libertas* (1888).

² Outros movimentos de destaque no período foram o *Ação Popular dos Jesuítas*, fundado em 1903 por Leroy e Desbuquois, e a *Juventude Operária Cristã* (JOC), fundada em 1924 por Joseph Cardjin. Estes, entretanto, não tinham como perspectiva a pesquisa sociológica e a crítica ao desenvolvimento que marca a iniciativa de Lebet.

³ Através de sua intensa atividade como pesquisador, Lebet integrou, em 1950, o *Centre Nationale de la Recherche Scientifique* (CNRS).

⁴ Nessas *cités* os moradores não possuíam um contrato de aluguel, somente uma “autorização de ocupação” pela qual pagavam certa quantia. A ausência do contrato conferia à administração o direito de expulsão contra o qual o ocupante não estava protegido (Pétonnet, 1968: 28). Apenas em 1985, a última *cité de transit* foi desativada.

⁵ Desta interlocução resultaram inúmeras ações conjuntas, entre elas a criação da Associação Mundial Contra a Fome (ASCOFAM), em 1956, por Lebet, Abbé Pierre e Josué de Castro. Cf. Ferreira (1997) e Houée (1997).

⁶ As favelas já eram objeto de estudos e políticas públicas desde a primeira metade do século XX. Tanto o arquiteto Alfred Agache como os prefeitos Pedro Ernesto e Henrique Dodsworth abordaram, de maneiras distintas, o “problema das favelas”. No entanto, entendemos que a centralidade política das favelas ganha corpo a partir do final dos anos 1940. A célebre série de artigos, publicada em 1948 sob o título “A Batalha do Rio”, escrita pelo então jornalista e futuro governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, constituiu um marco deste processo.

⁷ As metáforas com que sempre se procurou descrever a favela contribuíram, em muito, para o enraizamento, no imaginário popular, de sua existência como uma excrescência, e não parte constitutiva da cidade. Já no segundo plano urbanístico concebido para a

Capital, na década de 1920, pelo arquiteto Alfred Agache, as favelas figuram como uma “lepra urbana”. Doenças e imoralidades são, de maneira geral, as imagens que mais vezes definiram a favela; e seus efeitos podem ser mensurados através da leitura da ampla literatura dedicada ao tema (ver a coletânea de Valladares e Medeiros, 2003), mas também de uma simples consulta ao noticiário cotidiano.

⁸ O projeto, implementado em 1942 pelo prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945), visava transferir provisoriamente a população favelada para parques proletários situados nas proximidades, cujas moradias seriam erguidas em madeira, enquanto que o governo urbanizava as favelas. Pretendia-se inicialmente atingir 300 mil pessoas, mas somente 4 mil foram transferidas para os três parques construídos durante o Estado Novo: Gávea, Caju e Leblon (Parisse, 1969: 76).

⁹ A finalidade do Instituto era “formar entre as mulheres, não de uma classe, mas de todas as classes sociais, uma consciência de comunidade cristã que venha substituir o individualismo liberal egoísta sem cair na socialização inumana e estatal. Para isso, formar assistentes sociais, educadoras familiares e donas-de-casa que venham a ser no meio em que vivem e trabalham, nos institutos em que ensinam ou nos ambientes sociais em que atuam elementos de conexão das anomalias sociais, verdadeiros elementos de renovação pessoal e católica” (Lima, 1987: 55).

¹⁰ No mesmo ano, o Partido Comunista passou a ser considerado ilegal no país.

¹¹ O Abrigo Cristo Redentor foi criado em 1936 por Raphael Levy Miranda, chamado de “Apóstolo da Assistência Social no Brasil” e amigo do presidente Getulio Vargas. Após ter sido administrado por instituições religiosas, o abrigo passou, em 1991, a ser um órgão público.

¹² Em seus livros, sobretudo em *Dinâmica Concreta do Desenvolvimento* (1961), Lebrét apresenta e esclarece as minúcias teóricas e metodológicas de Economia e Humanismo. Face aos imperativos dos programas de desenvolvimento, sua crítica e sua proposição de pesquisas são sempre baseadas na necessidade de estudo das potencialidades e possibilidades existentes tanto no plano das economias e dos recursos locais quanto no plano da distribuição e dos mercados regionais e nacionais. Sua crítica ao liberalismo econômico reside, fundamentalmente, no esfacelamento e na desconsideração das economias locais e, com elas, na supressão do coeficiente propriamente humano do processo chamado de desenvolvimento.

¹³ Outras condições foram inicialmente impostas aos moradores, como, por exemplo, a proibição de alugar ou vender o apartamento sem a autorização expressa da Cruzada (Gonçalves, 2010; Slob, 2002; Simões, 2008).

¹⁴ Entre os elementos estigmatizantes do modo de morar nas favelas e *bidonvilles* está a dita “espontaneidade” do seu sistema construído e das sociabilidades que encontram lugar em seu seio. Em contraposição a estas e aos valores que engendram as relações de vizinhança nesses assentamentos, encontramos a cidade planejada segundo o urbanismo

de extração racionalista. No livro *Quando a rua vira casa* (Mello, Vogel e Santos, 1981), os autores mostraram como os valores “privacidade” e “individualização” eram entre os habitantes de bairros planejados, como a Selva de Pedra, no Leblon, em contraposição ao tipo de relação de vizinhança mantida nos bairros ditos espontâneos, como o Catumbi.

¹⁵ A estimulante análise de Baubérot (2007) sobre a laicidade francesa contribui sobremaneira para uma compreensão aprofundada do próprio modelo laico brasileiro. Do mesmo modo, os estudos de Poulat (2003) sobre o direito público da Igreja esclarece muitas das reflexões acerca da laicidade, inclusive sobre a lei de 1905 que instituiu, segundo suas palavras, a *liberação* – e não a *separação* – do Estado vis-à-vis a Igreja. Sua observação coloca em perspectiva a relação entre Igreja e Estado na França a partir de um *biais* crítico bastante distinto daquele assumido por pesquisadores de origem protestante.

¹⁶ “A conferência de Puebla volta a assumir (...) a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação” (CELAM, 1979: 352).

BIBLIOGRAFÍA:

- BAUBÉROT, Jean. 2007. *Histoire de la laïcité en France*. Paris : PUF (4ª ed.)
- BROUCKER, José de. 1977. *Les Conversions d'un évêque: entretiens avec José de Broucker*. Paris: Seuil.
- CAILLOT, Robert. 1986. “L'enquête participation et l'Economie et Humanisme”. *Économie et Humanisme*, (número especial): pp. 120-125.
- CÉLESTIN, Georges. 1986. “Lebret et l'aménagement du territoire”. *Économie et Humanisme*, (número especial): pp. 111-119.
- FERREIRA, Francisco Whitaker. 1997. “Dans le sillage de Lebret au Brésil”. En: P. Houée. *Un éveilleur d'humanité: Louis-Joseph Lebret*. Paris: Les éditions ouvrières. pp. 135-148.
- GONÇALVES, Rafael Soares. 2010. *Les favelas de Rio de Janeiro: histoire et droit XIX^e et XX^e siècles*. Paris : L'Harmattan.
- GUSFIELD, Joseph R. 1981. *The Culture of Public Problems. Drinking-Driving and the Symbolic Order*. Chicago: University of Chicago Press.
- HOUÉE, Paul. 1997. *Un éveilleur d'humanité: Louis-Joseph Lebret*. Paris : Les éditions ouvrières.

- LAMPARELLI, Celso Monteiro. 1995. *Ideário do urbanismo em São Paulo em meados do século XX. Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbana-regional no Brasil*. Col. Cadernos de Pesquisa do LAP. n. 5. São Paulo: USP-FAU.
- LEBRET, Louis-Joseph. 1958. *Manifeste pour une civilisation solidaire*. Paris: Économie et Humanisme.
- LEBRET, Louis-Joseph. 1961. *Dynamique concrète du développement*. Paris: Les Éditions Ouvrières.
- LEBRET, Louis-Joseph e DESROCHES, Henri Charles. 1944. “La Méthode d’Économie et Humanisme”. *Économie et Humanisme*, troisième année, nro. 12. pp. 121-134.
- LHANDE, Pierre. 1931. *Le Christ dans la banlieue: La Croix sur les fortifs*. Paris: Librairie Plon.
- LHANDE, Pierre. 1930. *Le Dieu qui bouge : Le Christ dans la banlieue*. Paris: Librairie Plon.
- LHANDE, Pierre. 1927. *Le Christ dans la banlieue: enquête sur la vie religieuse dans les milieux ouvriers de la banlieue de Paris*. Paris: Librairie Plon.
- LIMA, Arlete Alves. 1987. *Serviço Social no Brasil. A ideologia de uma década*. São Paulo: Editora Cortez.
- MEDINA, Carlos Alberto. 1964. *A favela e o demagogo*. São Paulo: Ed. Martins.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno e SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. 1981. *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro: IBAM.
- PAQUOT, Thierry e BÉDARIDA, Marc. 2009. *Habiter l’utopie – le familistère Godin à Guise*. Paris: Éditions de la Villette.
- PARISSE, Luciano. 1969. *Favelas do Rio de Janeiro -evolução- sentido*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais (Cadernos do CENPHA, nº 5).
- PÉTONNET, Collete. 1968. *Ces gens-là*. Paris: François Maspero.
- POULAT, Émile. 2003. *Notre laïcité publique*. Paris: Berg International.
- RAULIN, Anne. 2008. “Utopies locales et laboratoire sociale: l’exemple du 13^e arrondissement de Paris”. *L’Année Sociologique*, v. 58. pp. 47-70.
- SIMÕES, Soraya Silveira. 2008. *Cruzada São Sebastião do Leblon: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- SLOB, Bart. 2002. *Do barraco para o apartamento – a humanização e a urbanização de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Trabalho de conclusão de curso. Rio de Janeiro, Museu Nacional.
- VALLADARES, Lícia do Prado. 2005. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.

VALLADARES, Lícia do Prado e MEDEIROS, Lídia. 2003. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro 1906-2000*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

FONTES

CELAM. 1979. *Conclusões da conferência de Puebla*. São Paulo: Edições Paulinas.

CONSEIL GENERAL SEINE-SAINT-DENIS. 2007. *Histoire et représentations en Seine-Saint-Denis, 1954-1974*. Dossier de presse.

CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. 1965. “Duas experiências de promoção humana: Bairro São Sebastião e Favela da Rádio Nacional em Parada de Lucas”. *3º Congresso Brasileiro de Serviço Social*. Rio de Janeiro: s.n.

CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. 1960. *Cruzada São Sebastião*. Rio de Janeiro: s.n.

CRUZADA SÃO SEBASTIÃO. 1955. *Cruzada São Sebastião. Estatutos*. Rio de Janeiro: s.n.

ENCÍCLICA RERUM NOVARUM. 1891. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html.

ENCÍCLICA QUADRAGÉSIMO ANNO. 1931. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html.

ENCÍCLICA POPULARUM PROGRESSIO. 1961. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. 1962. *Favelas, compromisso que vamos resgatar*. Rio de Janeiro:s.n.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. 1955. *Como trabalha a Fundação Leão XIII. Notas e relatórios de 1947 a 1954*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval.

UMA CRUZADA E UM PALADINO. 1957. *Revista Visão*, 27 de dezembro.

SAGMACS. 1960. Aspectos Humanos da Favela Carioca. Suplementos especiais do jornal *O Estado de S. Paulo*, 13 e 15 de abril.